



# WRM BOLETIM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais



número 137 - Dezembro 2008

## O TEMA CENTRAL DESTE BOLETIM: PLANTAÇÕES DE ÁRVORES NA REGIÃO DO MEKONG

As plantações de monoculturas de eucaliptos, dendezeiros, seringueiras e jatrofa estão se espalhando nas terras e florestas das comunidades locais dos países da região do Mekong. Promovidas sob a aparência do desenvolvimento, a mitigação da pobreza e inclusive a atenuação da mudança climática, tais plantações provocam diversos impactos sociais e ambientais. A despeito do difícil contexto político em que as plantações são estabelecidas, as populações locais vêm resistindo através de todos os meios de que dispõem, desde as amplas alianças contra as plantações (na Tailândia) até os grupos que começam a se manifestar contra as plantações no Camboja e Laos. O objetivo deste boletim é providenciar um panorama geral da realidade in situ das plantações em seis países da região- Birmânia, Camboja, China, Laos, Tailândia e Vietnã- de forma a gerar conscientização sobre a problemática e, o mais importante, a ajudar para que possam ser ouvidas as vozes das comunidades locais. Ao mesmo tempo, esperamos que as informações contidas neste boletim sirvam como uma ferramenta útil para fortalecer a resistência contra esse tipo de plantações, tanto dentro quanto fora da região do Mekong.

## NOSSA OPINIÃO

- Chega de novas fronteiras a atravessar: a vida das populações do Mekong na era das plantações

## PLANTAÇÕES NA REGIÃO DO MEKONG: PANORAMA GERAL

- Árvores de monoculturas acham mais espaço além das fronteiras na região do Mekong
- O Banco Asiático de Desenvolvimento está destruindo as florestas do Mekong e o clima do planeta

## PLANTAÇÕES NA REGIÃO DO MEKONG: POR PAÍSES

- Birmânia: campanha militar em favor da jatrofa inclui trabalhos forçados
- Camboja: plantações de monoculturas trazem conflitos sobre a terra
- Tentativas para regular as plantações agroindustriais no Camboja
- China: o círculo vicioso das plantações de árvores, árvores GM, fábricas de pasta e consumo esbanjador de papel
- Sustento rural torna-se vulnerável com os investimentos em borracha que se apropriam das terras no Laos
- Tailândia: os preços da borracha flutuam, como podem beneficiar-se os granjeiros?
- Vietnã: falta de papel, subida de preços, novas fábricas e mais plantações

## NOSSA OPINIÃO

**- Chega de novas fronteiras a atravessar: a vida das populações do Mekong na era das plantações**

Bem-vindos à região do Mekong!

Com um patrimônio lingüístico em comum, na região toda, especialmente no Laos, Tailândia e Camboja, a mesma expressão antiga ainda é usada para descrever o lugar como "*suvarnabhumi*", uma terra de ouro. Com os recursos naturais formidáveis de seus rios, florestas e terras, as populações do Mekong foram consideradas como mais do que ricas, já que a maior parte das pessoas se sustentam por sua capacidade de trabalhar junto com a natureza. Enquanto os rios e as florestas são locais para caçar, pescar e coletar; a terra é ouro em si mesma, produzindo arroz, uma variedade de lavouras e providenciando um lar. Em outras partes do mundo, as pessoas têm a necessidade de atravessar "novas fronteiras", tentando ir além dos limites atuais, para encontrarem uma vida melhor, para viverem de uma terra melhor. Mas, à exceção de quando foram removidas forçadamente, as populações do Mekong raramente marcaram sua história com deslocamentos porque elas têm sua própria terra de ouro. Essa deve ser a razão que explica por que a população local não pode entender a chegada de ávidos investidores que se precipitam a instalar-se na área para explorar suas terras a fim de gerar uma riqueza que levarão para casa.

As empresas privadas visam à apropriação de mais de 180.000 hectares de terra no Laos e mais de 800.000 hectares no Camboja. Algumas empresas são locais, mas a maioria é internacional. Os governos dos países do baixo Mekong outorgam concessões a empresas cujo principal objetivo é apropriar-se da maior parcela de terra possível, para posteriormente introduzir plantações em larga escala. Na primeira vez, a plantação pode fracassar, mas isso não importa; enquanto isso, eles tomam posse de enormes parcelas de terra ao longo das principais rodovias, pagam taxas territoriais muito baixas, e têm tempo de sobra para tentarem com uma nova plantação.

Duas das maiores ameaças para as populações e os recursos do Mekong- as plantações em grande escala e as barragens hidrelétricas- têm muitas características comuns, inclusive aquelas relacionadas com o papel do setor privado, a falta de políticas claras que façam que o processo seja transparente e responsável e a falta de participação das populações. Contudo, as plantações em grande escala têm ido em frente nos últimos 10-15 anos e como resultado muitas pessoas perderam suas terras, inclusive antes de saberem se tinham algum direito legal sobre as terras. A promoção desses projetos abriu uma brecha maior entre as populações e aqueles que elaboram as políticas. As populações continuam sem ter nenhuma chance de fazer que suas vozes sejam ouvidas nas decisões a respeito de seu futuro em sua própria terra. O fato de tirar as terras das populações implica tirar seu arroz, suas culturas e a segurança alimentar de suas famílias. Isso pode tornar-se um desastre para os países, em vários sentidos, se uma reconsideração urgente dessas políticas não for feita em tempo.

Como os países do Mekong- Birmânia, Camboja, China, Laos, Tailândia e Vietnã- atualmente providenciam solos para as plantações em grande escala de seringueiras, eucaliptos, jatrofa e dendezeiros, ao mesmo tempo os investidores da própria região também praticam um jogo de poder sobre os países mais menos fortes. As empresas chinesas, tailandesas e vietnamitas e seus empreendimentos estatais estão atualmente em uma corrida para sair fora de fronteiras a fim de satisfazer suas necessidades industriais em países vizinhos tais como Camboja e Laos.

Na década passada, a luta para monitorar e fazer campanhas sobre os problemas das plantações na região teve pouco sucesso. Contudo, o surgimento da rede territorial e sua campanha sobre as concessões territoriais no Camboja, por exemplo, resultou em aumento da conscientização na sociedade como um todo. Apesar disso, aqueles que propõem as plantações publicitam as plantações em grande escala usando argumentos infundáveis e cada vez mais complicados, que abrangem desde a 'estabilização do cultivo migratório' e a 'redução da pobreza', há 20 anos, até as plantações destinadas aos créditos de carbono e a produção de biocombustíveis, hoje em dia. Nesses anos, as razões apresentadas à população local

foram mudando mas o que não tem mudado é que a populações dos países do Mekong continuam sendo empurradas para além das fronteiras de sua própria terra.

Em novembro de 2006, uma declaração de unidade resultou da Conferência Regional do Mekong sobre Plantações de Árvores, celebrada na província de Kratie, no Camboja onde as populações de cinco países do Mekong partilharam suas experiências e as lições que tinham aprendido sobre a questão das plantações industriais de árvores e seus impactos no sustento das populações locais. As pessoas afirmaram que, *“Contrariamente às alegações do governo que as plantações contribuem ao desenvolvimento econômico nacional e à mitigação da pobreza, as plantações têm incrementado a pobreza ao deslocarem comunidades inteiras, destruírem recursos essenciais para o sustento e impedirem o acesso das comunidades aos recursos naturais”*. Sua conclusão foi que, *“Em todos os casos, a única forma de gerar mudanças tem sido através das lutas das comunidades. A luta não significa violência; implica os diferentes caminhos que a população local adota para garantir e defender seus direitos”*.

A fim de evitar ser obrigados a deslocar-se e modificar suas vidas, as populações da região do Mekong atualmente precisam dar uma virada e afirmar claramente àqueles que propõem as plantações que não há mais fronteiras novas para as empresas atravessarem. Em vez disso, as populações desejam permanecer e reaver suas vidas em sua própria terra- na terra que eles vêm usando de geração em geração. Em outras palavras, o que eles desejam é ficar em sua “Suvarnabhumi”, sua terra de ouro.

Premrudee Daoroung – Diretor, TERRA

início

### - Árvores de monoculturas acham mais espaço além das fronteiras na região do Mekong

O entrelaçamento das seis economias na Bacia do Mekong desde a década de 90 tem sido promovida sob o programa de cooperação econômica da Sub-região do Grande Mekong, que objetivava aumentar o fluxo do investimento transfronteiriço de países com poder econômico considerável, como por exemplo China, Tailândia e Vietnã, para países vizinhos, como por exemplo, Laos RDP e Camboja, que têm um enfoque ‘de portas abertas’ que convoca companhias estrangeiras para que venham investir. A terra extensiva e a mão de obra barata têm sido utilizadas como incentivo para atrair investidores para desenvolver plantações de árvores comerciais na forma de centenas de concessões de terras em grande escala no período dos últimos 4-5 anos.

Podemos distinguir quatro formas de investimento em plantações de monoculturas de árvores no Mekong: investimento de capital estrangeiro de fora da região do Mekong, investimento transfronteiriço de capital de dentro da região do Mekong, investimento nacional por grandes grupos de capital e investimento doméstico de pequenos produtores em sua própria terra. Neste artigo vamos enfatizar os dois primeiros tipos, já que tendem a envolver a maior concentração de uso da terra e têm trazido os impactos mais sérios para as comunidades locais. Podemos identificar os principais atores nos diferentes países conforme indicado a seguir.

#### Laos

Os investimentos em plantações no Laos são feitos principalmente sob a forma de concessões de terras do estado em grande escala, particularmente para cultivar eucaliptos e seringueiras. Eles lançam mão de investimento de países de fora bem como de dentro da região do Mekong. As principais companhias investidoras incluem a Oji do Japão com plantações extensivas em andamento e procurando um total de 50.000 hectares de eucaliptos nas províncias de Bolikhamxay e Khammouane. Uma outra é a Birla Laos (Birla Grasim) da Índia, que possui uma concessão de 30.000 hectares para cultivar eucaliptos na província de Savannakhet. Os atores dentro da região incluem as companhias vietnamitas de borracha, a Viet-Lao, a DaLac e a Dau Tieng, que possuem contratos para investir em seringueiras em uma área de mais de 30.000

hectares na parte sul do Laos ou nas províncias de Champassak e Salavane. Os relatórios indicam que, no total, as companhias vietnamitas estão procurando expandir os investimentos em seringueiras no Laos para 100.000 hectares dentro dos próximos doze anos. As duas maiores companhias de pasta na Tailândia, a Advance Agro e a Phoenix Pulp and Paper, também estão procurando usar a terra do Laos para cultivar eucaliptos como matéria prima para suprir suas fábricas na Tailândia.

Até agora, o governo laosiano tem autorizado uma área de aproximadamente 167.000 hectares para que as companhias estrangeiras invistam em árvores e cultivos econômicos de monoculturas no país inteiro. Desta área, 80.000 hectares são alocados para eucaliptos e aproximadamente 46.600 hectares para seringueiras. A maioria das concessões de terras estão localizadas desde a região central para a parte sul do país.

O governo laosiano resolveu em maio de 2008 suspender a emissão de concessões de terras no país inteiro. Apesar disso, a pressão continuada dos investidores estrangeiros e o interesse por incentivar o investimento dentro de determinadas seções do governo têm aparentemente levado o Comitê para Planejamento e Investimento (CPI) do Laos RDP a continuar emitindo licenças de investimento, até para plantações comerciais que requerem acesso a grandes áreas de terra. Enquanto a moratória de concessões permaneça, as companhias não podem legalmente ganhar acesso a mais de 100 hectares de terra. No entanto, fica claro que algumas companhias estão recebendo licença da autoridade local para ter acesso à terra, baseadas na autorização de investimento do CPI entre outras coisas. O complicado quadro legal atual, com regras que são aplicadas inconsistentemente, cria confusão entre investidores, funcionários do governo e povoadores locais. Nesse contexto, os povoadores estão insuficientemente protegidos contra a perda de sua terra em mãos de ricos concessionários, influentes e poderosos.

## Camboja

O grau de alienação da terra no Camboja é bem maior. Informação do Conselho de Ministros em fevereiro de 2003 especificou que o governo do Camboja autorizou 40 concessões econômicas que cobrem uma área de 809.296 hectares. Desde a época, tem sido difícil obter os números oficiais, mas relatórios recentes indicam que durante o boom econômico global desde finais do século até a metade da área de terras do país tinha sido alocada para investidores estrangeiros, seja através de concessões de terras ou arrendamentos de longo prazo.

Os principais investidores no Camboja tendem a ter fortes vínculos com políticos sênior no governo. A lei estabelece que as concessões econômicas de terras não podem estender-se além de 10.000 hectares e que as concessões preexistentes maiores devem reduzir-se em consequência. No entanto, o governo não tem adotado medidas para recuperar terras de companhias poderosas que possuem áreas de terra bem maiores sob concessão (link para [Fast-wood Plantation Economic Concessions and Local Livelihoods in Cambodia, 2006](#); *Land concession and forest concession map in Stung Treng province, 2006*). O Grupo Wuzhishan L.S. da China tem uma concessão de 199.999 hectares para cultivar pinus na província de Mondolkiri. A exploração inicial de 10.000 hectares tem sido autorizada, mas o estado do resto da terra não é claro. Outras companhias de plantação de propriedade estrangeira com grandes concessões incluem a Green Rich Company que cultiva acácias e dendezeiros em mais de 18.300 hectares na província de Koh Kong, o Grupo Cambodia Haining que tem adquirido 21.250 hectares na província de Kampong Speu para cultivar mandioca, dendezeiros e criar gado, e três companhias, a Asia World Agricultural Development Co, a Global Agricultural Development Co e a Great Wonder Ag Dev Co, que têm recebido aproximadamente 10.000 hectares cada para cultivar teca no mesmo distrito da província de Kratie, com a maioria de suas diferentes licenças outorgadas nos mesmos dias.

Em março de 2006, os representantes da Hainan Natural Rubber Industry Group Corp que é a maior produtora de borracha na China e a Suigang Investment Development Co Ltd no Camboja assinaram um acordo para um projeto de investimento em borracha que cobre uma área de mais de 60.000 hectares e inclui o estabelecimento de uma fábrica de processamento no Camboja. Há denúncias adicionais que duas companhias do Vietnã receberam autorização para uma plantação de seringueiras em aproximadamente 16.000 hectares da província de Mondolkiri. Como no Laos, a indústria da borracha

vietnamita tem estabelecido um objetivo de obter 100.000 hectares para plantações extensivas no Camboja. Relatórios de notícias de novembro de 2007 (Manager online 28 de novembro de 2007) especificaram que três plantações de seringueiras do governo de mais de 22.000 hectares foram 'vendidas' para 3 companhias privadas da China em arrendamentos de 99 anos.

Nem todas as companhias estrangeiras têm acesso à terra diretamente através das autoridades do estado. Mais de 200.000 hectares de terra na província de Stung Treng têm sido adquiridas por 11 companhias locais, que têm convidado companhias estrangeiras para investir como investidores secundários.

## **Birmânia**

É difícil obter informação exata do desenvolvimento das plantações na Birmânia. Relatórios de notícias esporádicos às vezes indicam objetivos planejados e muito pouca informação é publicada sobre os atores envolvidos. A Agência de Notícias Xinhua informou em maio de 2007 que de acordo com o Ministro da Agricultura e Irrigação de Myanmar, até 3,24 milhões de hectares de cultivos para agrocombustíveis serão cultivados para realizar o aumento projetado do agrocombustível até 20 milhões de toneladas ao ano. As estatísticas oficiais parecem mostrar que havia 302.000 hectares de terras com plantações de seringueiras em 2007 (Myanmar Times, 2007).

## **China, Vietnã e Tailândia: Novos atores**

Esses três países estão adotando crescentemente a função de investidores em seus países vizinhos. As companhias privadas nesses países têm crescente capacidade para o investimento. Não será necessário para eles no futuro basear-se em dinheiro de subsídios ou empréstimos de instituições financeiras internacionais como o Banco Asiático de Desenvolvimento. Devido ao alcance limitado para o desenvolvimento de plantações extensivas em seu próprio país, grupos de investidores da China, Vietnã e Tailândia estão lutando para investir em grandes plantações no Laos e no Camboja.

Mas por trás das cenas de concessões de terras em grande escala estão a perda de terras agricultáveis, quintais e áreas comunitárias para coleta de alimentos e pastagem de animais. No Laos e no Camboja, mais de 80% das pessoas vivem e se baseiam nesses recursos para sua subsistência. No meio do aumento nos preços dos cultivos de alimentos recentemente, os povoadores que têm perdido suas terras para cultivo de arroz experimentam sofrimento e pobreza. Aqueles que perderam suas terras às vezes viram dependentes da obtenção de emprego com as companhias de plantação, mas os trabalhos de expediente completo tendem a estar disponíveis somente para uma pequena minoria, particularmente os jovens, deixando o resto da família desempregada. A renda do trabalho com as companhias é raras vezes suficiente para alimentar as famílias sem terra.

No contexto de complexas diferenças econômicas e políticas entre os países na bacia do Mekong, os atores da sociedade civil quase não tem espaços nos que cumprir sua função pública. As limitações políticas e de comunicações em países como o Laos e o Camboja fazem com que a discussão pública seja difícil e a dura repressão na Birmânia sufoca o comentário público. Dos países que têm poder econômico e político superior como China, Vietnã e Tailândia, parece que países como Tailândia abrem o maior espaço para a sociedade civil. No entanto, muitos líderes da sociedade civil e pessoas na sociedade mais ampla, ainda não tem suficiente interesse ou consciência dos impactos transfronteiriços da busca de lucros dos investidores nacionais em países vizinhos.

Por Pornpana Kuaycharoen, TERRA, email: [pornpana@terraper.org](mailto:pornpana@terraper.org)

Por mais informação sobre plantações na região, consulte o link: [Mekong plantations page](#) em [www.terraper.org](http://www.terraper.org)

[início](#)

---

**- O Banco Asiático de Desenvolvimento está destruindo as florestas do Mekong e o clima do planeta**

Justamente hoje de manhã, fora da conferência sobre mudança climática em Poznan, Amigos da Terra realizou uma passeata contra o financiamento pelo Banco Mundial das centrais termoelétricas a carvão. Figuras do Banco Mundial com sancos, usando ternos pretos, lutavam contra ursos-polares, atirando-lhes pedaços de carvão. "Esse é um exemplo típico de como as ONG não conseguem entender a mudança climática" disse alguém atrás de mim. Aconteceu que ele trabalhava com o Banco Asiático de Desenvolvimento, na unidade de mudança climática do Banco. Ele me disse que a mudança climática será decidida na Índia e na China, onde precisamos desenvolver "formas limpas de queimar combustíveis fósseis". Ele quis dizer captura e armazenagem de carbono, e admitiu que essa tecnologia não existe atualmente.

Eu apontei que o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) continua financiando centrais termoelétricas a carvão, sugerindo que são os Bancos, não as ONGs, os que "não entendem". Ele mencionou que no ano passado, o BAD tinha convindo um empréstimo de USD 900 milhões para uma central termoelétrica a carvão no Vietnã. "Provavelmente eu sou mais crítico do BAD do que você é", disse ele.

As discussões em Poznan têm estado principalmente focalizadas nas florestas e sua função na abordagem da crise da mudança climática. Os bancos, corporações, financiadores, governos e agências das Nações Unidas que de repente se entusiasma com a forma na que as florestas podem salvar o planeta têm tido uma função principal na destruição das florestas que agora alegam que querem preservar.

Mais cedo neste ano, o Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente da Sub-região do Grande Mekong preparou um vídeo com financiamento do BAD. O vídeo, titulado "Floresta para o Futuro" explica que a queima de combustíveis fósseis não é a única forma na que o carbono é liberado na atmosfera: "Valiosas florestas estão sendo derrubadas para obter madeira e fazer papel, para pastagem e atividade agrícola e plantações para satisfazer uma crescente demanda de energia." Se não tivéssemos a certeza sobre as credenciais verdes do Banco Asiático de Desenvolvimento, o comunicado à imprensa do Banco diz que "As florestas atuam como pulmões para nosso planeta e podem armazenar o carbono que é emitido na atmosfera hoje."

Mas os empréstimos do BAD têm tido um grande impacto nas florestas da Região do Mekong, que se reduziram em 68.000 quilômetros quadrados entre 1990 e 2000. O BAD tem financiado caminhos que têm aberto áreas de florestas e facilitado as exportações de madeira. Por exemplo, a Rodovia 9, que vai do porto vietnamita de Dong Ha até Savanaket no Laos, é um dos caminhos usados pelas companhias madeireiras vietnamitas para exportar madeira do Laos, grande parte da qual é ilegal. O caminho passa perto de duas Áreas Nacionais de Conservação da Biodiversidade. Antes de convir o financiamento do projeto, o BAD admitiu que a rodovia "exacerbaria o comércio ilegal de animais selvagens e a exportação de madeira".

As plantações são uma outra fonte do desmatamento financiado pelo BAD. No Laos, o Banco reconhece que seu Projeto de Plantações de Árvores Industriais criou e aumentou a pobreza. Em virtude do projeto, as plantações de eucaliptos substituíram florestas importantes para os meios de vida das comunidades locais. Os relatórios preparados para o Banco reconhecem que "O estabelecimento das plantações nem sempre tem sido consistente com o cuidado do meio ambiente" e que "florestas saudáveis" foram transformadas em plantações de árvores em virtude do projeto.

No entanto, o Banco planejou levar a cabo um outro projeto de plantações de árvores no Laos, que foi finalmente cancelado, já que o assunto das plantações industriais no Laos virou mais controverso e o BAD sabia que estava sendo observado de perto por ONGs no Laos e em nível internacional.

No Vietnã, o BAD outorgou um empréstimo de USD 33 milhões para um projeto destinado a reabilitar florestas degradadas. Como é às vezes o caso das declarações sobre florestas do BAD e do Governo, os granjeiros são culpados pelo desmatamento, enquanto a história da atividade madeireira e dos projetos de desenvolvimento destruidores é minimizada ou ignorada completamente. O projeto estava destinado explicitamente a "reduzir as práticas de cultivo de derruba e queima

que colocam em perigo as florestas” de acordo com um documento de projeto do BAD.

O BAD é um importante financiador do programa de “reflorestamento” de 5 milhões de hectares no Vietnã, que inclui um milhão de hectares de plantações de árvores industriais para alimentar a indústria da pasta e do papel. Um outro projeto financiado pelo BAD, o “Florestas para Melhorar os Meios de Vida nas Terras Altas Centrais” inclui 30.000 hectares de “plantações de alto rendimento”, monoculturas industriais, em outras palavras.

Como parte da Área Especial de Exportações na fronteira do Laos e do Vietnã, o BAD está considerando o financiamento de uma planta de processamento de madeira em Lao Bao. A planta compraria madeira de eucaliptos e acácias do Laos e do Vietnã e produziria “móveis desmontáveis, lascas de madeira e materiais de construção”. Um documento de projeto do Banco aponta que “atualmente [há] preocupação sobre o aumento das áreas de monoculturas de árvores no Vietnã”. Logicamente não menciona a função do Banco na promoção dessas monoculturas.

Parece improvável que alguma coisa positiva surja das negociações climáticas de Poznan, seja para as pessoas, as florestas ou o clima. As Nações Unidas não distinguem entre plantações e florestas, o que significa que a destruição das florestas financiada pelo Banco Asiático de Desenvolvimento para deixar o caminho livre para as plantações poderia ser incluída em programas para a Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação de Florestas. O Banco Asiático de Desenvolvimento, logicamente, não protestará.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

---

## TITULO

### - Birmânia: campanha militar em favor da jatrofa inclui trabalhos forçados

Em dezembro de 2005, o general birmanês Than Shwe ordenou o início de uma campanha em todo o país visando a plantação de *Jatropha curcas* para a produção de biodiesel. O país deveria plantar 8 milhões de acres [3,2 milhões de hectares]- uma área do tamanho da Bélgica-, no período de três anos. Cada estado e divisão birmanesa, sem importar o tamanho, devia plantar 500.000 acres no mínimo. Na divisão de Rangoon, 20% das terras disponíveis seriam cobertas pela jatrofa.

O recente estouro do preço do petróleo, a diminuição das reservas de combustíveis fósseis e a preocupação pelas emissões de gases de efeito estufa que afetam a mudança climática, isso tudo tem incitado o crescimento da indústria dos biocombustíveis. A produção global de biocombustíveis- a partir de biomassa ou matéria vegetal- tem se duplicado nos últimos cinco anos, e está previsto que duplique mais uma vez nos próximos quatro anos.

Iniciou-se na Birmânia um programa radical para plantar jatrofa a despeito da crescente preocupação internacional pelos impactos negativos da produção de biocombustíveis, em especial se forem implementados em forma rápida ou em grande escala.

A *Jatropha curcas* é uma árvore pequena- ou um arbusto- da família Euphorbiaceae. A jatrofa é originária do México e da América Central, mas estendeu-se no mundo todo e usou-se principalmente para cercar os cultivos a fim de protegê-los dos animais. A árvore atinge os 6 metros em condições ótimas; tem um tronco reto com galhos grossos e folhas verdes. Foi chamada “a árvore do biodiesel” devido à produção de biodiesel a partir do óleo das sementes de seu fruto. As sementes da jatrofa produzem mais óleo por hectare que outros biocombustíveis e por sua vez, o óleo da jatrofa produz um quinto das emissões de carbono dos combustíveis fósseis tradicionais.

A partir de 2006, todos os setores da sociedade birmanesa têm sido forçados a desviar verbas, cultivar terras e trabalhar na plantação da jatrofa. Tanto professores, escolares, agricultores, enfermeiras quanto funcionários civis foram obrigados a usar horas de trabalho para plantar a árvore ao longo das rodovias, em escolas, hospitais, repartições, prédios religiosos e em terras anteriormente plantadas com arroz.

*"Cada funcionário hospitalar deve plantar jet suu [jatrofa]. Estamos fora o dia inteiro arrancando ervas. Cada um de nós deve plantar 500 mudas, mas ninguém pode plantar tantas assim."*(Enfermeira do estado de Kachin)

*"Tods nós, do nível 5 ao nível 9 temos que semear as sementes nos estabelecimentos escolares e nos campos de futebol. Nosso professor nos disse que era uma ordem da diretora."*(estudante do estado de Kachin)

*"Uma das minhas irmãs menores é professora de escola. Ela tem que plantar a árvore e apresentar relatórios todo mês. As estatísticas são uma dor de cabeça para ela e suas colegas. As autoridades disseram para elas que não receberiam seus salários se as plantações não fossem bem-sucedidas."*(agricultor de arroz do estado de Karenni)

As pesquisas de campo em 32 municípios birmaneses que incluem 131 entrevistas com agricultores, funcionários civis e investidores revelam a forma em que a população tem sido multada, detida e ameaçada de morte ao não atingirem as cotas, estragarem as plantas ou criticarem o programa. Um resultado das exigências excessivas para os agricultores é o fenômeno dos "refugiados de jatrofa" dos quais cerca de 800 já fugiram (desde abril de 2008) do estado sulista de Shan para a vizinha Tailândia.

*"Em 2004, meu povoado tinha acima de 800 moradores distribuídos em 240 famílias. Agora em meu povoado há 130 moradores de 40 famílias. Desde 2004, oitenta por cento da população do povoado fugiram para a Tailândia devido ao SPDC [Conselho de Paz e Desenvolvimento do Estado birmanês]."* (chefe de povoado do estado de Shan)

A árvore pode crescer em solos marginais e assim não precisa concorrer diretamente com as culturas alimentícias. Contudo, a implementação da campanha da jatrofa na Birmânia vem ameaçando a segurança alimentar dos agricultores. Em primeiro lugar, a jatrofa vem sendo cultivada em terras agrícolas e hortas domésticas e assim concorre com as culturas alimentícias no que diz respeito ao solo e aos recursos hídricos. Em segundo lugar, a confiscação e o uso de terras próximas aos centros povoados por parte dos agricultores da jatrofa à procura de novas áreas de cultivo além de suas moradias, o que diminui a produtividade e representa novas pressões para o meio ambiente. Em terceiro lugar, devido ao fato de os agricultores serem obrigados a deixar suas próprias lavouras para estabelecer e cuidar das plantações de jatrofa, eles têm menos tempo para cuidar de seus cultivos. Alguns informam que outras lavouras plantadas tão próximas às plantações de jatrofa não dão certo.

*"Nós temos 47 povoados em nosso município. Em cada povoado, cada família deve plantar meio acre de jatrofa, com isso eles perdem parte de sua lavoura de arroz."* (funcionário civil do estado de Karenni)

Os moradores de todo o país são obrigados a "contribuir com trabalho voluntário" para as plantações de jatrofa nas rodovias na base de uma pessoa por família. Eles devem levar seus alimentos diários e suas ferramentas, e são alvos de repressão se não aceitarem ir. Frequentemente quando não podem ir devem pagar a outra pessoa para que vá no lugar deles.

*"Em nosso povoado, um membro de cada família deve ir e plantar jatrofa. Os líderes comunitários disseram que aqueles que não fossem seriam multados. Tive que abandonar o trabalho na minha lavoura para ir lá. Algumas pessoas idosas que não puderam ir enviaram seus netos. Tínhamos que plantar em linhas retas como tinham colocado os paus. Antes de plantar, tínhamos que cortar os arbustos e vinhas para preparar o solo."* (agricultor do estado de Mon)

*“Os líderes comunitários me chamaram e disseram que iria levar uma multa de 3.000 kyat (US\$ 2,20) se não voltasse. Fomos obrigados a plantar o dia inteiro e tivemos que trazer nosso almoço de casa.”* (Um agricultor das terras altas do estado de Kachin). (Para ter uma idéia da quantia da multa, o salário médio por dia é de 1.500 kyat)

O trabalho forçado existe não apenas nas plantações de jatrofa, mas também na construção de fábricas de processamento de óleos. No dia 3 de agosto de 2007, a Infantaria 524 convocou os moradores locais e os forçou a clarear as terras ao longo da rodovia entre os povoados de Kali e Ta Kaw no estado central de Shan para a construção de uma fábrica de óleo de jatrofa. Mesmo que os moradores tivessem que providenciar combustível para os cortadores de grama necessários para clarear o solo, o exército arrecadou dinheiro adicional para o combustível.

Contudo, os moradores ainda encontram caminhos de evitar ou desobedecer as ordens. Um funcionário civil do alto escalão no estado de Karenni admitiu que muitas pessoas se recusaram a plantar as mudas. Alguns compraram as mudas como exigido mas não as plantaram, outros plantaram menos do que foi exigido. Os cartazes que promovem a jatrofa foram pichados.

Os moradores também aproveitaram a incapacidade das autoridades para checar algumas áreas. Um agricultor explicou *“Já que nosso distrito não fica próximo das rodovias principais, muitas pessoas não plantaram as mudas.”* (agricultor do estado de Mon)

A agricultura é a força principal da sociedade e economia birmanesas. As políticas que impactam o setor deveriam ser consideradas cuidadosamente e implementadas com cautela. Os líderes e os cientistas mundiais dizem as mesmas coisas sobre as iniciativas de biocombustíveis. Contudo, a ditadura da Birmânia avança veemente e imprudentemente com a campanha da jatrofa em uma escala sem precedentes. Não é apenas que a campanha esteja mostrando sinais de fracasso, é que está ameaçando o sustento dos agricultores.

A fim de concretizar um melhor processo de desenvolvimento, é preciso que os direitos de gestão dos recursos naturais e de participação da tomada de decisões no tocante a projetos de desenvolvimento sustentável sejam garantidos na Birmânia. É preciso que as políticas de agricultura sustentável venham a garantir os direitos territoriais e a segurança humana e permitam que as comunidades manejem seus próprios recursos naturais. Também é preciso garantir os direitos das mulheres e dos povos indígenas.

Extraído e adaptado do relatório: “Biofuels by Decree. Unmasking Burma’s bio-energy fiasco”, feito por The Ethnic Community Development Forum (ECDF), e publicado em maio de 2008, e-mail: [unitedecdf@gmail.com](mailto:unitedecdf@gmail.com). O relatório na íntegra está disponível em: [http://www.terrapeer.org/file\\_upload/BiofuelbyDecree.pdf](http://www.terrapeer.org/file_upload/BiofuelbyDecree.pdf)

[início](#)

---

## **- Camboja: plantações de monoculturas trazem conflitos sobre a terra**

Pergunte para qualquer cambojano o que ele/ela considera a base da sociedade e da vida no Camboja e provavelmente a resposta será “a terra”. A terra constitui o meio de subsistência, mas da mesma forma, a terra é valorizada como emblema de enraizamento e é amplamente considerada como a própria base da organização social no país. A afeição de uma família por sua porção de terra tem particular importância em uma sociedade que durante os passados cem anos tem enfrentado sucessivos períodos de conflito civil, guerra, deslocamento massivo, coletivização forçada e genocídio, e finalmente em uma economia de mercado desregulada e capitalista.

Mais de 80% da população do país vive em áreas rurais. O terreno do Camboja permite tanto o cultivo sedentário quanto o rotacional; qualquer que seja o modo de cultivo, as comunidades rurais se baseiam muito nos bosques circundantes, florestas e corpos de água para obterem alimentos e produtos florestais não madeireiros para uso doméstico e renda. Os mais pobres em qualquer povoado são geralmente aqueles sem terra e o fato de não ter terras agrícolas ou condições de comprar terra pode ser considerado um indicador confiável de pobreza no Camboja.

Na década de 60 estimou-se que 73% do território do Camboja estava coberto com florestas e as comunidades rurais podiam cortar florestas conforme necessário para trazer mais terras sob cultivo sem impactos ecológicos significativos. A terra não era comerciada, não havia mercados de terra formalizados e aqueles que realmente usavam a terra também definiam a propriedade e o controle. Na década de 90, o Camboja foi catapultado para uma economia de livre mercado, regimes de propriedade privada começaram a definir o uso e propriedade da terra e um mercado desregulado de terras começou a florescer.

A falta de terra e as desigualdades na posse da terra estão crescendo rapidamente no Camboja tanto entre comunidades rurais quanto urbanas. A falta de terra é maior entre famílias com mulheres como chefes, em comparação com famílias com homens como chefes. Além disso, há crescentes números de “quase sem terra”, isto é, aqueles com lotes de terra pequenos demais para ganhar-se a vida com eles. Desde há mais de uma década, grandes lotes de terra no Camboja têm sido entregues para companhias privadas para concessões econômicas de terras – acordos contratuais entre o governo e entidades privadas para exploração comercial de terra, principalmente para florestamento comercial/ industrial e agricultura, mineração, exploração de petróleo, pesca e turismo. Apesar de que as concessões econômicas se originaram em finais do século 19 sob o domínio colonial francês (principalmente para plantações de seringueiras), seu recente ressurgimento foi no começo da década de 90, quando o Governo Real do Camboja começou a outorgar concessões de florestas e terras para companhias privadas, evidentemente para estimular as companhias privadas, contribuir com as receitas do estado e reduzir a pobreza nas áreas rurais. Estima-se que para finais da década de 90, mais de um terço das comunidades rurais do Camboja tinha sido afastado de suas terras por causa das concessões de terras e florestas.

As concessões econômicas incluem plantações de árvores industriais, principalmente de seringueiras, pinus, acácias, dendezeiros, tecas, coqueiros e eucaliptos e produção agroindustrial de cultivos comerciais. Fornecem aos investidores direitos exclusivos sobre a terra nas áreas de concessão por até 99 anos. Em algumas áreas, as comunidades têm sido despejadas para deixar o caminho livre para as plantações e as companhias têm invadido com buldôzeres as florestas das que as comunidades dependem para sua subsistência. Os residentes dos povoados que vivem em áreas adjacentes a áreas de concessão nas províncias de Kratie, Stung Treng e Mondulkiri (entre outras) denunciaram que não lhes permitem usar as florestas e as chamadas “terras incultas”, agora incluídas nas áreas de concessão, apesar do fato de que essas terras têm estado manejadas por elas durante gerações e albergam seus sítios espirituais e sagrados e são cruciais para os alimentos e renda. As comunidades adjacentes a muitas áreas de concessão também denunciam que as companhias têm expandido as áreas alegadas em seus contratos e invadido terras do povoado e comuns.

As plantações são monoculturas de árvores específicas ou espécies de cultivos e a plantação repetida do mesmo cultivo/ árvore em ciclos fechados requer uso intensivo de fertilizantes químicos, pesticidas e herbicidas, que se filtram no solo e água subterrânea, reduzem a fertilidade das áreas circundantes, contaminam o solo e levam a doenças entre os residentes do povoado. As plantações de eucaliptos têm criado aridez, esgotado o solo de umidade e nutrientes e contribuído com a diminuição de águas subterrâneas e secado córregos. O lago Tonle Sap no noroeste do Camboja é um dos ecossistemas mais importantes de água doce no país e sustenta milhões de cambojanos através de sua biodiversidade aquática. O lago está ameaçado pelas fábricas de pasta que liberam toxinas e químicos nos corpos de água que escoam no lago. Em Koh Kong e outras áreas florestadas por árvores decíduas, a plantação de árvores de monoculturas como acácia e pinus destroem lugares de desova para os peixes nas que são chamadas localmente “florestas alagadas” durante as monções.

Além do dano econômico e ecológico, estão os abusos aos direitos humanos. Os residentes dos povoados são rotineiramente intimidados por guardas de segurança armados, contratados por concessionários, se eles tentarem entrar em áreas comuns, ou protestar contra a invasão. Em várias áreas, as ações de guardas armados têm resultado em violência, lesões e morte nos residentes do povoado. Em muitas áreas –por exemplo, Pursat, Stung Treng, Kompong Speu, Mondulkiri e Koh Kong- as comunidades se têm organizado para protestar contra a perda de suas terras e recursos naturais e as ações dos concessionários. Elas têm apelado para as autoridades locais, provinciais e nacionais por ajuda, a que lamentavelmente não tem sido outorgada. Pelo contrário, os funcionários públicos têm evidenciado em geral uma tendência em favor das companhias e têm tentado intimidar os residentes dos povoados para que deixassem de queixar-se.

Os pobres do meio rural do Camboja têm obtido pouco benefício do crescimento econômico do país. A pobreza não somente não tem sido mitigada, mas pelo contrário, mais pessoas se têm empobrecido e virado mais vulneráveis economicamente. A destruição da biodiversidade e a perda de acesso a produtos florestais, peixes e outras fontes aquáticas estão comprometendo seriamente a segurança alimentar em níveis locais. A angustiante migração de centros rurais para urbanos –especialmente Phnom Penh- está aumentando. Mas aqueles que vão para as cidades não acham emprego seguro ou abrigo; muitos deles vivem nas ruas ou em assentamentos irregulares e continuam sendo vulneráveis a maior evicção e deslocamento.

No mundo desenvolvido internacional, o Camboja é considerado um país pós-conflito, agora em uma época de paz, estabilidade e desenvolvimento econômico e social, o que se traduz amplamente para grande parte do *establishment* do desenvolvimento como ausência de guerra e adoção de um pacote de políticas econômicas destinado a facilitar o capitalismo de mercado. Mas o crescente número de conflitos sobre a terra e o maior afastamento das comunidades de suas terras e recursos não podem ser considerados indicadores de paz, estabilidade ou bem-estar.

Extraído de: "Land and Natural Resource Alienation in Cambodia," por Shalmali Guttal, Focus on the Global South, dezembro de 2006. O documento completo está disponível em: (<http://focusweb.org/land-and-natural-resource-alienation-in-cambodia.html>)

[início](#)

## - Tentativas para regular as plantações agroindustriais no Camboja

Desde 2002, quando todas as concessões de manejo de florestas foram suspensas, o governo cambiano tem passado a outorgar Concessões Econômicas de Terras para companhias privadas, principalmente para o desenvolvimento de cultivos agroindustriais como arroz, mandioca, seringueiras, acácias e agrocombustíveis. Essas plantações estão destinadas não apenas a gerar receitas para o estado e a desenvolver atividades agrícolas intensivas, mas também a reduzir a pobreza, promovendo as oportunidades de emprego locais. No entanto, desde o começo, essas plantações em grande escala não têm cumprido adequadamente esses objetivos e em decorrência disso, o Governo tem estado pressionado para regular e monitorizar melhor suas operações.

O quadro legal que rege as Concessões Econômicas de Terras se focaliza na Lei de Terras de 2001 e o sub-decreto de 2005 de Concessões Econômicas de Terras, que incluem requisitos para a contratação e monitorização de operações, dispõem sobre a proteção dos direitos das comunidades locais que moram ao redor dessas plantações e evitam impactos ambientais. Também incluem penalidades para as companhias que não cumpram esses requisitos. No entanto, muitas concessões têm sido outorgadas em violação desse quadro legal, têm tido sérios impactos sobre as comunidades locais e não têm conseguido cumprir a promessa de benefícios econômicos<sup>[1]</sup>.

Uma razão para esses problemas foi a falta de transparência durante o processo de contratação e falta de responsabilidade, uma vez que as companhias começassem as operações. Sob pressão de doadores e da sociedade civil, o governo cambojano aceitou em junho de 2007 estabelecer e atualizar regularmente um registro público das concessões econômicas de terras outorgadas no país inteiro. Esse registro público está destinado a fazer públicas as inscrições da propriedade, localização, estado e operações de cada concessionário e está hospedado no site na web do Ministério da Agricultura, Florestamento e Pesca. Além disso, o governo se comprometeu a revisar um pequeno número de concessões que foram outorgadas além do limite máximo de 10.000 hectares e a outorgar maior prioridade a assegurar-se que as companhias operam em cumprimento da Lei Cambojana.

No entanto, uma revisão pelas ONGs que trabalham em assuntos de manejo de terras e de recursos naturais achou que para novembro de 2008, o progresso para melhorar a transparência e responsabilidade através dessas medidas tinha sido muito desapontador<sup>[2]</sup>. O registro público não tinha sido atualizado regularmente, especialmente em termos de informação relacionada com concessões autorizadas em nível provincial. Há contradições nos dados atualmente disponíveis –entre as diferentes seções do site, e com informação circulada por outras agências governamentais. Além disso, o conceito de “registro público” tem sido interpretado pelo Governo como um meio baseado em internet em língua inglesa, que é inacessível para as comunidades atingidas por essas plantações, que são as que mais precisam dessa informação. Um registro genuinamente “público” DEVERIA estar disponível na língua khmer em nível local, em formato não eletrônico.

O progresso para melhorar as operações na prática tem sido ainda mais insatisfatório de acordo com as ONGs. Das nove Concessões Econômicas de Terras listadas no registro público como ultrapassando limite legal, somente duas têm sido reduzidas até agora. Outras três companhias se negam a renegociar seus contratos. Enquanto isso, o governo tem continuado outorgando Concessões Econômicas de Terras que ultrapassam o tamanho máximo. Em abril de 2008, a Kenertec Co. Ltd., uma companhia sul-coreana recebeu uma concessão 6 vezes maior que o limite legal para a produção e processamento de agrocombustível. Em setembro de 2008, o Governador da província de Stung Treng apoiou publicamente a intenção da Greensea Industry Company Ltd. para expandir a produção de agrocombustível em sua concessão que é dez vezes maior que o limite de tamanho legal máximo.

As ONGs que trabalham sobre terra e recursos naturais continuam recebendo queixas das comunidades locais sobre as companhias com Concessões Econômicas de Terras que violam a lei e agências do Governo Real do Camboja que não punem aqueles que descumprem a lei. Os contratos são emitidos antes do registro legal da terra e em decorrência disso, muitas áreas de concessão incluem terras legalmente em posse de granjeiros locais. As ONGs não estão em conhecimento de quaisquer casos nos que uma companhia tenha consultado adequadamente com as comunidades locais ou levado a cabo uma Avaliação do Impacto Ambiental e Social global antes da outorga da concessão.

Muitas Concessões Econômicas de Terras violam disposições do quadro legal cambojano que garantem o uso tradicional pelos povos das florestas e protegem suas terras comunais. Uma companhia com uma solicitação pendente para uma Concessão Econômica de Terras para uma plantação de borracha de 10.000 hectares na província de Mondulkiri supostamente força os povos indígenas na comunidade vizinha de “alugar” sua terra para a companhia por entre \$25 e \$250 por até 99 anos<sup>[3]</sup>. Alguns membros da comunidade até denunciaram que foram forçados a vender sua terra para a companhia por esse valor. Supostamente as transações eram arranjadas por policiais locais que informavam aos povoadores que se não concordavam com a oferta, de qualquer jeito a companhia obterá a terra. Esse caso não é considerado como um exemplo isolado; a intimidação dos povoadores locais é percebida no país inteiro.

Em preparação para a reunião anual entre o Governo cambojano e seus Doadores, as ONGs compilaram as seguintes recomendações de mudanças requeridas durante os próximos 12 meses que genuinamente melhorarão a transparência e responsabilidade da governança das plantações agroindustriais:

§ Atualização trimestral do registro público e sua disponibilização em língua khmer em nível local para as

comunidades atingidas por Concessões Econômicas de Terras;

§ Cancelamento de todas as concessões que não tem cumprido os requisitos do sub-decreto (que estabelece que, antes de que uma concessão possa ser outorgada, a terra deve ter sido registrada, as Avaliações do Impacto Ambiental e Social e as consultas públicas devem ter ocorrido e os assuntos de reassentamento devem ter sido resolvidos);

§ Clarificação da base legal na que as três Concessões Econômicas de Terras remanescentes grandes demais sejam capazes de continuar suas operações e emissão de toda a informação relacionada com os procedimentos de revisão, especialmente os resultados de consultas públicas com as comunidades atingidas. Garantir que essas Concessões Econômicas de Terras não continuem avançando até que esses problemas sejam abordados.

A Sociedade Civil cambojana tem utilizado com sucesso essas reuniões Governo-Doador no passado como uma oportunidade para influenciar a política. No entanto, a mudadora relação Governo-Doador decorrente de acordos de ajuda bilaterais entre o Camboja e seus vizinhos regionais está desafiando esse status quo. A pergunta para as ONGs envolvidas sobre a governança futura da terra e dos recursos naturais é como relacionar-se com esses “doadores emergentes” enquanto mantém relações com doadores tradicionais e ao mesmo tempo criar oportunidades para o diálogo com os próprios concessionários.

Por Megan MacInnes, Land and Livelihoods Programme Advisor, The NGO Forum on Cambodia, email: [megan@ngoforum.org.kh](mailto:megan@ngoforum.org.kh)

---

[1] *NGO Forum (2005) Fastwood Concessions: Economic Concessions and Local Livelihoods in Cambodia: pesquisas de campo nas províncias de Koh Kong, Kampong Speu, Pursat, Monduliri, Prey Veng e Svay Rieng. Environmental Forum Core Team, Phnom Penh, agosto de 2005; UN-OHCHR (2007) Economic Land Concessions in Cambodia: a human rights perspective. UN Cambodia Office of the High Commissioner for Human Rights; NGO Forum (2007) NGO Position Papers on Cambodia's Development in 2006: monitoring of Joint Monitoring Indicators and Implementation of National Strategic Development Plan 2006-2010. Phnom Penh, junho de 2007.*

[2] *NGO Forum (2008) NGO Position Papers on Cambodia's Development in 2007-08: monitoring of 2007 CDCF Joint Monitoring Indicators and the National Strategic Development Plan 2006-2010. Phnom Penh, novembro de 2008.*

[3] *Diokno, M (2008) The Importance of Community: issues and Perceptions of Land ownership and Future Options in 5 Communes in Monduliri Province, Cambodia. NTFP-Exchange Programme and NGO Forum on Cambodia, Phnom Penh, outubro de 2008.*

[início](#)

---

## - China: o círculo vicioso das plantações de árvores, árvores GM, fábricas de pasta e consumo esbanjador de papel

O crescente mercado de pasta e papel da China está sendo o mais rápido do mundo. Apesar de que o consumo per capita é menor que dez por cento do volume consumido nos EUA, a China responde por 14 por cento do consumo global de papel. A Jaakko Pöyry tem estimado que o consumo de papel na China aumentaria 4,4 por cento ao ano entre 2000 e 2015. Grande parte desse “consumo” é utilizado em embalagens para mercadorias de importação, o que significa que o consumo de papel real per capita na China é realmente bem menor.

Esse crescimento tem suas conseqüências: com a assessoria e o dinheiro do Banco Mundial, se desenvolveu uma poluidora indústria de pasta e papel em grande escala que consome grandes volumes de água, emprega poucas pessoas e se baseia em vastas áreas de plantações de monoculturas para obter suas matérias primas. A indústria moderna está substituindo a antiga indústria da pasta e do papel que –apesar de poluidora- tinha uma série de aspectos positivos: operava em pequena escala, utilizava matéria prima não madeireira como resíduos de cultivos de arroz e trigo, empregava muitas pessoas e sustentava milhões de granjeiros para os que a venda de palha de trigo para as fábricas locais de papel era uma importante

fonte de renda. (Ver Boletim do WRM N° 83).

Más notícias para os débeis, bons lucros para as firmas de consultoria, fornecedores de maquinário e companhias de papel que compõem a indústria global da pasta e do papel: a gigante finlandês-sueca do papel, Stora Enso, anunciou que aumentaria a capacidade de sua fábrica de Suzhou de 160.000 para 240.000 toneladas ao ano; a Stora Enso possui plantações de eucaliptos na província de Guangxi no sul da China; a fábrica em Changshu da finlandesa UPM Kymmene começou suas operações em 1999 e hoje produz 800.000 toneladas de papel ao ano, com pasta importada da Indonésia; a Asia Pulp and Paper da Indonésia tem planos para construir uma fábrica de pasta e papel de 600.000 toneladas em Quinzhou, na província de Guangxi, alimentada pelas plantações de eucaliptos da companhia do sul da China; a APP objetiva estabelecer 600.000 hectares de plantações na China; a maior companhia de papel do Japão, a Oji Paper planeja estabelecer um total de 200.000 hectares de plantações de árvores de rápido crescimento na China.

O aumento na capacidade de pasta e papel leva a mais plantações industriais em grande escala que resultam em um grande número de impactos ambientais e sociais documentados. Seu objetivo é o consumo e para que a indústria seja rentável, criam-se necessidades de consumo artificial de objetos de papel "vitais" como sacolas, folhetos, cartões comerciais, catálogos, esponjas de celulose, revestimento interno de cigarros, embalagens de cigarros, etiquetas de roupa, embalagens de cosméticos e produtos suntuários, lenços faciais, sacolas de comida pronta, papel de presentes, toalhas de mão, toalhas de cozinha, bilhetes de loteria, cardápios, sacolas de alimento para mascotes ... (como pode visualizar-se em uma longa lista de produtos de uso final da companhia de pasta e papel Sappi em informação empresarial, <http://www.sappi.com/SappiWeb/Home+Page>).

O governo chinês objetiva ocupar entre 2001 e 2015 aproximadamente 6 milhões de hectares com plantações de árvores industriais, aparentemente para reverter décadas de desmatamento que têm deixado a China enfrentando sérios problemas ambientais, incluindo secas e terríveis alagamentos. No entanto, o chamado "plano de reflorestamento" implica na realidade plantação de monoculturas de árvores, incluindo plantações de árvores GM. Chris Lang citou Wang Lida, Han Yifan e Hu Jianjun da Academia Chinesa de Florestamento (ver Boletim N° 35 do WRM) escrevendo: "O primeiro passo é cultivar plantações utilizando espécies de crescimento rápido como o choupo e o larício". Apesar de que no começo as árvores de choupo poderiam ser destinadas para a proteção da erosão do solo, bem poderiam servir eventualmente como matéria prima para a indústria da pasta e do papel.

A China tem recebido a ajuda dos fundos ocidentais, tanto para plantar árvores quanto para fazer pesquisa com árvores GM. Desde a década de 80, o Banco Mundial tem emprestado mais de USD 600 milhões para a China para estabelecer plantações de árvores. De acordo com o sumário executivo da FAO de 2006 por Nicholas Wheeler, "No mundo inteiro há mais de 210 testes de campo de árvores geneticamente modificadas (GM) em 16 países" mas "somente a China tem informado a liberação comercial de árvores GM (ca 1,4 milhões de plantas em 300-500 hectares em 2002)."(1)

Em finais da década de 90, os primeiros testes de campo para árvores GM foram realizados nas cabeceiras dos rios Yellow e Yangtze e província de Xinjiang no árido noroeste. Em 2002, a Administração Florestal Estatal chinesa autorizou os primeiros choupas Bt para cultivo comercial.

Dois clones de choupo GM –Populus nigra e Populus hybrid- têm sido desenvolvidos e chamados Poplar-12 e Poplar-741. De acordo com oficiais da Academia Chinesa de Florestamento "as duas espécies comercializadas são choupas femininas com fertilidade alterada". As transformações genéticas procuravam outorgar resistência a insetos que comem folhas (Bt) e propriedades da madeira modificadas.

De acordo com um artigo de Katie Shafley, "As árvores com maiores níveis de BT resultam na seleção 'natural' de insetos que são mais resistentes ao pesticida BT. Isso, em troca, precisa maiores níveis de pesticida, que pode matar inadvertidamente espécies não objetivadas."(2) Com as árvores GM o risco de poluição é uma importante ameaça real,

alertam importantes cientistas da Academia Chinesa de Florestamento: Huoran Wang disse claramente em um relatório de 2004 para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação que “As árvores de choupo são tão amplamente plantadas no norte da China que o espalhamento de pólen e sementes não pode ser evitado” e que manter “distâncias de isolamento” entre choupos GM e não GM é “quase impossível.”(3) O Instituto Nanjing de Ciência Ambiental já tem achado genes dos choupos GM em Xinjiang que aparecem em variedades naturais.(4)

Tem havido muito interesse nos países ocidentais em ajudar a China a desenvolver árvores GM: O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento entregou 1,8 milhões de dólares dos EUA para um projeto administrado pela FAO sobre árvores de choupo GM que fornecia desenvolvimento de capacidades, transferência de tecnologia e apoio de laboratório; o Centro de Pesquisa Federal da Alemanha para Florestamento e Produtos da Floresta em Waldsiedersdorf tem mantido contato próximo com cientistas florestais chineses sobre árvores GM, até recebendo o cientista chinês Hu Jianjun. A Academia Chinesa de Florestamento e a Universidade Hebei em Baoding estão tendo uma função crucial no desenvolvimento dos choupos BT e têm levado a cabo a pesquisa.(5)

A regulação dos organismos geneticamente modificados na China está coberta pela Lei de Biossegurança para OGM na Agricultura, adotada pelo Conselho do Estado em maio de 2001. No entanto, nenhuma regulação cobre especificamente as árvores GM e a decisão sobre a aprovação da liberação das árvores GM se baseia em um painel de expertos organizado pela Administração Florestal do Estado. De acordo com declarações de Xue Dayuan do Instituto de Ciência Ambiental de Nanjing, o Escritório de Administração de Segurança de OGM do Ministério da Agricultura da China não tem controle sobre as árvores GM porque não são classificadas como cultivos. Mas o Órgão de Florestamento do Estado, que supervisa as plantações de árvores, não possui um sistema de licenciamento como o administrado pelo ministério.(6)

“A área exata de plantações GM não pode ser avaliada pela facilidade de propagação e comércio de árvores GM e a dificuldade de distinguir morfologicamente as árvores GM das não GM” escreveu Huoran Wang no relatório da FAO. “Uma quantidade de materiais são levados de um viveiro a outro e é difícil seguir o rasto.”

O crescente consumo esbanjador de papel resulta na grande expansão das plantações industriais de pasta. O rápido crescimento das árvores das plantações é atingido às expensas do solo, água, biodiversidade e meios de vida das comunidades. A necessidade de aumentar a rentabilidade faz com que seja necessária maior produtividade, que em si leva à liberação de árvores GM perigosas para alimentar fábricas de pasta ainda maiores. Um círculo vicioso que somente pode acabar em destruição.

(1) Sumário executivo, Nicholas Wheeler, documento da FAO, <http://www.fao.org/docrep/008/ae574e/AE574E03.htm>

(2) “The New Chainsaw. Genetically engineered trees are the new threat to Canada's forests”, por Katie Shafley, [http://www.dominionpaper.ca/author/katie\\_shafley](http://www.dominionpaper.ca/author/katie_shafley)

(3) “The state of genetically modified forest trees in China”, Huoran Wang – Academia Chinesa de Florestamento, Beijing, relatório da FAO, <http://www.fao.org/docrep/008/ae574e/AE574E08.htm>

(4) “China's GM trees get lost in bureaucracy”, Fred Pearce, New Scientist, <http://www.newscientist.com/article/dn6402-chinas-gm-trees-get-lost-in-bureaucracy.html>

(5) “Cultivation of Bt poplars in China”, GMO Safety, <http://www.gmo-safety.eu/en/wood/poplar/325.docu.html>

(6) Op cit 4

[início](#)

## - Sustento rural torna-se vulnerável com os investimentos em borracha que se apropriam das terras no Laos

Os investimentos de empresas estrangeiras nas plantações comerciais na República Democrática Popular do Laos

aumentaram bruscamente no período de 2004 a 2006. As plantações em grande escala são promovidas através de concessões de terras estatais. Atualmente, uma área de 167.000 ha tem sido transferida a empresas estrangeiras sob concessões de terra em larga escala nas regiões central e sul do Laos. Dessa área, 48% ou 80.000 ha estão destinados à borracha, e 28% dos 46.600 ha são alocados para a plantação de eucaliptos. Contudo, a área total das plantações de borracha em todo o país subiu para 182.900 ha. (Ministério da Indústria e o Comércio e Autoridade do Manejo Territorial da província de Champasak)

A expansão da indústria da borracha no Laos está diretamente ligada ao crescimento da indústria automobilística na China. Atualmente, a China tornou-se o maior consumidor de borracha do mundo. As empresas chinesas espalharam suas culturas de borracha no Laos, principalmente na região norte onde esses países partilham uma fronteira, e em geral, através da agricultura por empreitada. Em geral, as empresas ou comerciantes chineses providenciam o capital e as mudas, e compram os produtos aos agricultores, enquanto as terras e o trabalho são fornecidos pelos agricultores. Contudo, há diversas variações nos acordos. As empresas tailandesas e vietnamitas também investiram extensivamente em borracha, principalmente nas regiões central e sul. Essas empresas adquiriram terras através de um modelo de concessão de terras. Atualmente, há cinco empresas vietnamitas no sul do Laos, sendo quatro delas do importante grupo Vietnamese Rubber Group (Viet-Lao, Dau Tieng, Quang Minh, Quasa Geruco) e a outra, uma empresa provincial chamada DakLak Rubber Group. No total, a área autorizada para a plantação de borracha no país é de 42.050 hectares.

### ***Perda de terras e escassa compensação***

As concessões de terra para a plantação de borracha a três empresas vietnamitas fizeram com que parte da população que vive na área do projeto perdesse quase todas suas terras agrícolas. Só os arrozais, relativamente muito escassos, foram resgatados junto com a área de moradias do povoado. A maior parte das áreas que têm sido incluídas nessas concessões são campos de cultura migratória.

Alguns moradores manifestaram sua confusão e frustração pela perda de terras. Um deles explicou, *“No início, os moradores não compreendiam o que significava a concessão de terras. As autoridades do povoado e as altas autoridades vieram explicar os benefícios que os moradores iriam ganhar. Por exemplo, explicaram que os moradores iriam obter trabalho nas empresas e conseguiriam um salário mensal. Todas as terras de nosso povoado estão na área de concessão. Não se tratava de dizer se nós estávamos satisfeitos ou não, porque a concessão está em conformidade com a política nacional do governo.”* Outro disse, *“Algumas pessoas tinham 1 ou 2 ha de terra, e tiveram que entregá-las às empresas. Quando não restaram mais terras, isso significou que os moradores não tinham arroz para se alimentar. Ao terem que depender da empresa, eles não irão sobreviver.”*

Em geral, a compensação foi dada a aqueles que perderam suas terras, mas houve muitas exceções e os pagamentos foram extremamente baixos. Os relatórios sobre a compensação não foram feitos como exigido pelo Decreto de Compensação. Algumas empresas pagaram compensações apenas pela colheita prevista, outras avaliaram terras e lavouras juntamente, outras pagaram só pelas terras. Dependia em muito da habilidade de negociar de cada morador, o que variou em grande medida de pessoa para pessoa. Em média, as famílias entrevistadas receberam compensações de aproximadamente 1,5 milhão Kip (US\$ 150) por família.

Em alguns povoados, as terras de cultura migratória foram compensados entre 500.000 e 1.000.000 kip por ha (US\$50 a 100) em média, mas em outros povoados não houve nenhuma compensação. O amendoim, freqüentemente plantado em terras de barbecho não foram compensados. Para culturas como a teca, a compensação depende do tipo e idade das árvores a 500- 5.000 kip por árvore (US\$ 0,05 a 0,50). As perdas ocasionadas por colheitas que não tinham sido previamente plantadas pelos moradores não foram avaliadas; por exemplo, é o caso da giesta (*ya kha*), que os moradores colhem para vender, ou dos alimentos e das áreas de pastagem nas *pa khoke* (florestas de Deciduous Dipterocarp). As famílias com hortas de giesta podiam obter uma renda só com a venda de *va kha* no valor de cerca de 1,6 milhão kip por

família ao ano.

### ***Vivendo sob maior vulnerabilidade***

Os meios de vida dos moradores que perderam suas terras para a empresa mudaram. De ser uma comunidade que acostumava tirar seu sustento da agricultura migratória, cultivos, criação de vacuns e búfalos, e encontrar alimentos nas florestas *pa khome*, os moradores passaram a depender da empresa que os contrata como peões e assim ter dinheiro para comprarem arroz e se alimentarem. Tiveram que vender quase todo o gado vacum e de búfalos que usavam para a agricultura e a alimentação.

Uma amostra de 189 entrevistas em 6 povoados revelou que os o número de moradores que plantavam arroz suficiente para comer durante 11-12 meses ao ano, despencou de 4/5 em 2003 a 1/5 em 2007. Em 2007, houve um drástico aumento na quantidade de meses sem plantação doméstica de arroz, e na quantidade de famílias sem arroz para se alimentar.

Para os moradores locais que perderam suas terras, se a empresa de borracha não os contrata, há poucos empregadores alternativos aos quais recorrer. Assim, tornam-se dependentes de uma única fonte de renda, o que faz com que sejam bem mais vulneráveis que com seu modo de vida originário que incluía sustentos diversificados. A maioria dos moradores são contratados como jornaleiros e não como trabalhadores permanentes. As empresas pagam diferentes salários, mas geralmente pagam um jornal de 20.000- 25.000 kip (US\$ 2-2,5) em média. Entre os entrevistados, a média de dias trabalhados ao ano para os trabalhadores temporários foi de menos de 25% dos correspondentes ao ano útil.

As exigências de trabalho são altas no primeiro ano mas há pouco trabalho disponível a partir de então até a borracha ser colhida. Os salários dos trabalhadores permanentes foram irregulares com uma tendência a diminuir após o primeiro ano. É comum que os trabalhadores permanentes não saibam quanto é o salário até eles não receberem o pagamento mensal. Em alguns povoados, a empresa demitiu todos os trabalhadores permanentes alegando que não eram eficazes. A empresa contratou trabalhadores de fora, através de intermediários quando não estava satisfeita com os trabalhadores locais. Como um funcionário provincial da Autoridade de Manejo Territorial comentou, *“os moradores não podem imaginar o que o futuro guarda para eles, já que suas terras foram entregues para a concessão. O que seus filhos e netos irão fazer? Os moradores de mais idade que não têm forças para trabalhar, o que eles irão fazer? Se o preço da borracha cair, não haverá um impacto?”*

### Comentários finais

O Laos tem uma estratégia florestal que promove a expansão de plantações comerciais até 2020 mas ainda não traçou uma estratégia geral a respeito dos recursos territoriais em seu conjunto. A promoção de plantações comerciais de árvores parece ser mais importante que a preservação das áreas de plantio de arroz e outros recursos usados como sustento pela população.

Na revisão dos grandes investimentos em plantações de monoculturas em larga escala, muitas questões devem ser consideradas. À luz dos escassos recursos financeiros e outros problemas de capacidade nos diversos escalões do governo, as decisões foram tomadas sem suficiente análise, e sem proteção dos interesses da nação e da maior parte da população da RDP do Laos. Em decorrência disso, o país vem enfrentando a perda acelerada de recursos primários para mãos estrangeiras.

Apesar dos esforços para esclarecer e determinar os direitos territoriais da população, a confusão paira inclusive entre aqueles que têm certificados territoriais outorgados pelo Programa de Concessão de Terras e Florestas. Os moradores sofreram grandes pressões para entregar seus certificados e admitir assim as plantações. Como em muitos países da região, as terras de agricultura migratória, as áreas *pa khome* ou outras áreas florestais onde os moradores coletam seus alimentos e

outros produtos florestais, criam seu gado, etc. são consideradas pela lei como terras do estado. O valor e os benefícios dessas terras para a população local são questões bem analisadas mas raramente são levadas em consideração nos planos e tomadas de decisões. As perdas dessas terras e florestas são devastadoras para a população.

Baseado em um relatório de pesquisa de Pinkaew Luangaramsi, Rebeca Leonard, Pornpana Kuaycharoen (2008), "Socio-economic and Ecological implications of large scale industrial plantations in the Lao PDR, Case Study on Rubber Plantation", Universidade de Chiang Mai, em breve com edição em inglês. Baseado no trabalho de pesquisa em cooperação entre o Centro de Informação e Pesquisa sobre Terras e Recursos Naturais, a Autoridade Nacional de Manejo de Terras do Laos, o Bureau do Primeiro Ministro, a Fundação para a Recuperação Ecológica e a Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Chiang Mai, Chiang Mai, Tailândia.

[início](#)

### - Tailândia: os preços da borracha flutuam, como podem beneficiar-se os granjeiros?

A borracha faz parte da vida dos povos do Sul, relacionada tanto com a cultura quanto com a economia dos passados 108 anos. O sistema de produção de monoculturas tem substituído um sistema tradicional de florestas de seringueiras, onde as seringueiras costumavam ser cultivadas em hortos frutíferos e florestas naturais conhecidas como *suan somrom* ou "quintal integrado". As plantações de seringueiras têm sido promovidas através do Fundo de Assistência para Plantações de Seringueiras do governo. A promoção da expansão da área de seringueiras pelo Escritório do Fundo de Assistência para Seringueiras, um crescente preço da borracha e a forte demanda do mercado global de borracha natural para processamento industrial em uma variedade de mercadorias industriais fabricadas com borracha, têm levado à expansão da área de plantações de seringueiras e à invasão nas florestas do sul e também nas florestas da região Nordeste que compõem uma grande parte da floresta natural do Este. A seringueira é uma espécie não nativa que o governo tem promovido e tanto o Departamento Florestal Real quanto a Organização da Indústria Florestal visam a gerar renda econômica para a organização, das plantações comerciais de borracha.

Quais são os fatores envolvidos no estabelecimento dos preços da borracha na Tailândia? Com certeza, a demanda do mercado da borracha e o volume da produção global são fatores chave. O preço da borracha também está relacionado com o preço flutuante do petróleo, que é um importante fator na produção de borracha sintética. Quando os preços do petróleo são altos, os custos de produção e o preço da borracha sintética também aumentam, o que leva os países a passar a usar mais borracha natural. No entanto, se o preço da borracha natural aumentasse demais para os diferentes produtores industriais, eles voltarão a usar mais borracha sintética, o que levará a um ajuste descendente no preço da borracha natural.

No entanto, os preços também são estabelecidos por uma série de mãos invisíveis. O mercado da borracha na Tailândia está controlado por investidores cingapurianos e malaios e também por investidores tailandeses. De outro lado, as indústrias dos produtos de borracha estão dominadas por países industriais, como por exemplo Alemanha, Itália, Reino Unido e EUA, cuja cadeia de comércio se duplica e retorna para vincular-se com comerciantes industriais na Tailândia.

Atualmente o preço da borracha também está sujeito à intervenção pelos controladores do estoque global de borracha. Se muita borracha se acumular nos depósitos, os países irão vender seus estoques para fabricantes de produtos de borracha e comprarão menos da borracha que tem sido produzida nesse ano. Isso afeta o preço da borracha. Se houver um fenômeno de excessiva demanda de borracha durante um longo tempo, os países produtores de borracha pressionarão para uma redução concertada na quantidade de produção.

A especulação no mercado dos futuros é um outro fator no preço da borracha. Os mercados com a maior influência são os do Japão e Cingapura. Noventa por cento das transações do mercado japonês (Tóquio e Kobe) pode ser descrito como tratativas especulativas. O resto são negócios comerciais para importadores e intermediários.

Da mesma forma, 80% do comércio no mercado de Cingapura são negócios no mercado de futuros, o resto está baseado na transferência física das mercadorias. O mercado de Cingapura é um mercado estabelecido há tempo, é um centro de transporte e centro financeiro e bancário entre outras coisas. Está perto das três mais importantes fontes de produção de borracha no Sueste da Ásia, isto é, Tailândia, Malásia e Indonésia. Esses três países juntos produzem aproximadamente 70% da produção global.

A Tailândia é o maior produtor de borracha do mundo. No entanto, os preços são determinados nos mercados de Cingapura e do Japão. O governo tailandês nunca tem desenvolvido a função da Tailândia na influência dos preços dos mercados globais da borracha. O governo administra e controla a submissão do preço da borracha à pressão de países estrangeiros e agências internacionais. O governo usa regularmente um enfoque intervencionista nacional para manter os preços estáveis, com o fim de ganhar votos dos granjeiros da borracha. Por exemplo, nos sucessivos governos de Chuan Leekpai e General Chavalit Yongchaiyut, houve intervenções nos preços da borracha 6 vezes, comprando um total de 1,3 milhões de toneladas, por um total de 25.394 milhões de baht. Um resultado dessa ação foi levar o orçamento do governo para um déficit de 6.267 milhões de baht, principalmente em decorrência de corrupção ministerial. Foram usados métodos de *lobbying*, acumulação, apropriação indevida, demolição de preços, bem como falsas vendas, isto é, por exemplo, quando se vende o mesmo estoque de borracha mais de 50 vezes em contratos, sem nunca fazer entregas.

Além disso, o governo aprovou uma lei para controlar o preço da borracha, limitar as áreas onde as seringueiras podem ser cultivadas e colocar controles nas variedades cultivadas. Não se permitia aos granjeiros desenvolver a produção de borracha por si mesmos. Esses controles foram estabelecidos para permitir que a borracha tailandesa fosse competitiva no mercado mundial. No entanto, os problemas estruturais mencionados supra levaram à monopolização do mercado por investidores que controlam a produção e o comércio da borracha, enquanto os granjeiros viraram mandadeiros fornecendo borracha aos mercados interno e externo.

Fica claro que os cultivadores de seringueiras são apenas fornecedores a montante da produção de borracha, que não têm qualquer influência no estabelecimento do preço da borracha. Em 2007, os custos de produção de folhas de borracha bruta e látex fresco dos cultivadores tailandeses fizeram uma média de aproximadamente 35 baht por quilograma, não considerando custos com terra ou mão de obra. Portanto, enquanto os preços de folhas de borracha brutas e látex fresco flutuaram aproximadamente 50-100 baht por quilograma, os cultivadores de seringueiras obtiveram um preço relativamente bom.

Com certeza, ao comparar os preços locais das folhas de borracha bruta com o mercado, os preços do mercado provincial são mais altos. No ano passado, o preço local das folhas de borracha bruta foram 47,14 baht por quilograma, enquanto o preço em Had Yai foi 73,05 baht por quilograma e o preço de leilão foi 74,57 baht (19 de outubro 2007). Neste ano, as folhas de borracha fumada grau 3 foram avaliadas em apenas 35,73 baht por quilograma em Hat Yai neste ano (4 de dezembro de 2008).

O assunto é portanto, agora que o preço tem caído de novo esta vez, vai o governo usar os velhos métodos intervencionistas para resolver os problemas no extremo a jusante e usar o dinheiro dos contribuintes para não fazer outra coisa que "remar um bote em uma banheira"?

Enquanto isso, os cultivadores de seringueiras tentam achar uma saída para o problema. No caso da comunidade Mai Reang, os cultivadores têm desenvolvido uma rede de indústria comunitária com 11 povoados vizinhos para processar borracha. Ao mesmo tempo, os cultivadores de seringueiras levam a cabo cultivo diversificado para evitar enfrentar os problemas de basear-se no cultivo de borracha comercial somente. Cultivam tanto seringueiras quanto árvores frutíferas, têm campos de arroz e fazem uma série de negócios em pequena escala. Para as áreas produtoras de borracha, o cultivo de outras plantas, bem como a seringueira, é uma forma de melhorar a ecologia dos solos. Os cultivadores do grupo utilizam fertilizantes biológicos em vez de químicos, que reduzem suas despesas domésticas. Também têm uma variedade de

alimentos para comer. Essa solução mista tem sido promovida pelas famílias, que devem praticar auto-segurança bem como trabalhar dentro do sistema capitalista.

Por Sayamol Kaiyoorawong, Environment Awareness Building Project, email: [noksayamol@yahoo.com](mailto:noksayamol@yahoo.com)

início

---

### - Vietnã: falta de papel, subida de preços, novas fábricas e mais plantações

Nos últimos dez anos, o Vietnã tem enfrentado déficit de papel. Este ano não é uma exceção. Em maio de 2008, a imprensa do Vietnã informou que as editoras e as gráficas vinham enfrentando dificuldades para comprarem fornecimentos. A escassez ocorreu mesmo quando as duas maiores fábricas de papel e celulose, a Bai Bang e a Tan Mai, vinham operando com capacidade máxima e as importações de papel tinham aumentado bruscamente durante os primeiros meses do ano.

Uma explicação possível para tal escassez foi que os importadores armazenaram o papel, à espera de o preço do papel importado aumentar antes de vendê-lo. Em março, uma tonelada de papel indonésio podia ser importado para o Vietnã por US\$650. No mês de maio, o preço atingiu os US\$800. Nesse ínterim, as importações de papel da China diminuíram, aumentando assim a demanda por importações da Indonésia.

Em junho de 2008, as editoras aumentaram o preço dos livros. Best sellers como "The Endless Rice Field" de Nguyen Ngoc Tu teve seu preço aumentado em 20 por cento.

Em setembro de 2008, o Ministério das Finanças reduziu a taxa de importação de papel entre 7 e 12 por cento, dependendo do tipo de papel. A esse respeito, a posição da Associação Vietnamita do Papel e da Celulose não fica clara. Vários jornais informaram que as reduções da taxa foram o resultado das propostas da associação. Mas o secretário geral da associação, Vu Ngoc Bao disse para a Agência de Notícias do Vietnã que a "redução iria afetar seriamente os produtores locais de papel, que vinham tendo dificuldades para reduzir os custos de produção diante do aumento dos custos materiais. Gigantes estrangeiros tais como o Japão, a China, os EUA e a Coréia do Sul desafiam a capacidade competitiva dos produtores locais."

Enquanto isso, a associação pressiona por subsídios governamentais para incentivar o investimento local na indústria do papel. Atualmente, a indústria pode fornecer cerca de dois terços da demanda por papel e espera-se que as importações do país estejam na casa de um milhão de toneladas de papel neste ano, um aumento de 200.000 toneladas se comparado com o ano de 2007.

No Vietnã, há novas fábricas de papel e celulose que estão em fase ou de planejamento ou de construção. Em setembro de 2008, Pöyry obteve o contrato para construir uma linha de produção de 250.000 toneladas de celulose ao ano na fábrica de papel e celulose Bai Bang no Vietnã do Norte. Tal linha de produção deverá iniciar suas operações em 2010.

Também em setembro de 2008, a empresa papelreira Tan Mai obteve licença para construir quatro novas fábricas de papel e celulose: uma fábrica de celulose na província de Dong Nai, uma de papel e celulose na província de Quang Ngai, mais uma de celulose na província de Lam Dong e outra de papel e celulose nas Terras Altas Centrais do Vietnã. Os projetos irão produzir um total de 550.000 toneladas de papel e 460.000 toneladas de celulose ao ano.

A papelreira Tan Mai estabeleceu 10.000 hectares de plantações na província de Lam Dong para alimentar suas atividades no setor do papel e celulose. A empresa também vem desenvolvendo um projeto de plantações de US\$ 30 milhões no distrito de Di Linh na província de Lam Dong. Em maio de 2008, a Lam Dong Paper Materials Enterprise, que faz parte da

papeleira Tan Mai, obteve licença para construir um "resort eco-turístico" de US\$ 54 milhões no distrito de Di Linh. O resort Kala Lake irá incluir um "complexo submarino, uma área de lazer, parque, campo de golfe, hotel, restaurante de alto padrão e uma vila comercial da minoria étnica local", conforme a Administração Nacional do Turismo do Vietnã.

Em março de 2008, a província de Kontum autorizou um projeto de US\$ 67 milhões para estabelecer plantações de 65.000 hectares. A InnovGreen, empresa por trás do programa, tem projetos de plantações em cinco províncias do Vietnã e pretende plantar um total de 300.000 hectares com "plantações de acácias e eucaliptos de alta qualidade" em terras que caracteriza como "vagas e improdutivas".

A empresa está usando o Conselho de Manejo Florestal (FSC) a fim de obter uma maquiagem verde para suas operações. "Serão aplicados padrões internacionais para plantações florestais sob o Conselho de Manejo Florestal, um sistema de propriedade das partes interessadas para promover o manejo responsável das florestas mundiais", afirmou Wu Dean, presidente executivo da InnovGreen, a respeito das plantações da empresa na província de Nghe Na. Nenhuma das plantações da InnovGreen estão certificadas pelo sistema do FSC.

A plantação de eucaliptos sempre tem sido polêmica no Vietnã. O professor Vo Quy da Universidade Nacional do Vietnã, freqüentemente caracterizado como o pai do movimento ambiental no país, afirmou em 1991, em um seminário sobre os impactos das plantações de eucaliptos em Hanói, "Trata-se de uma questão urgente agora, é preciso desenvolver pesquisas adicionais a fim de substituir gradativamente a 'atual cesta de eucaliptos' por outras combinações de espécies de árvores mais adequadas para os locais em que as atividades de plantações são muito necessárias".

Dezessete anos depois, a afirmação de Vo Quy é mais urgente do que nunca. Mas não apenas no tocante aos eucaliptos. Enquanto o Vietnã importa produtos de papel, as exportações de lascas das fábricas ao longo do litoral têm aumentado rapidamente nos últimos anos. A indústria do papel e da celulose é o principal motor da expansão das plantações de monoculturas de árvores no Vietnã. Quem ganha são as empresas do papel e celulose, mas quem perde são as comunidades locais que perdem suas terras e vêem como seus cursos de água e poços se esgotam.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

**Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**  
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês  
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay  
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985  
[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)  
<http://www.wrm.org.uy>

